

HABEAS CORPUS Nº 525.759 - SP (2019/0232492-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : EDVAR FERES JUNIOR E OUTROS
ADVOGADOS : EDVAR FERES JUNIOR - SP119690
GILMAR CORRÊA LEMES - SP134562
RODRIGO ZANON FONTES - SP247865
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HELTON DE CARVALHO ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS E REQUISITOS. RAZOÁVEL QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDO (980,97G DE MACONHA). RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE AUTORIA. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HELTON DE CARVALHO ARAÚJO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n.º 2134537-35.2019.8.26.0000.

O Paciente foi preso em flagrante em 29/04/2019, juntamente com outros acusados, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006, na posse de "*um tablete de maconha (980,97g)*" (fl. 162). O flagrante foi convertido em prisão preventiva no dia 30/04/2019.

A Corte de origem denegou o *habeas corpus* em acórdão assim ementado (fl. 161):

"Habeas corpus. TRÁFICO DE ENTORPECENTES e ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. Pedido de revogação da prisão preventiva. Inadmissibilidade. Indícios de autoria e materialidade. Condenação anterior. Propensão à recidiva. Inexistência de constrangimento ilegal na decisão de 1º Grau que converteu a prisão em flagrante em preventiva e na que indeferiu o pedido de revogação da segregação. Custódia necessária para a garantia da ordem pública. Insuficiência das medidas cautelares alternativas. Ordem denegada."

Superior Tribunal de Justiça

Neste *writ*, a Defesa sustenta que "o Paciente apenas adquiriu o tablete de maconha para uso próprio e, apesar de conter aproximadamente 900 gramas, nenhum outro indício de materialidade quanto a possível mercantilidade (tráfico), pesou sobre o Paciente." (fl. 4).

Argumenta, ainda, que não estão presentes os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva. Aduz que teria sido utilizado, no caso, "o velho argumento da gravidade em abstrato do delito, o qual, se por um lado vem sendo combatido pelos tribunais, por outro vem sendo a regra como 'razão de decidir' em primeira instância" (fl. 7).

Requer a revogação da prisão preventiva, determinando-se a expedição do alvará de soltura para que o Paciente responda ao processo em liberdade.

Indeferi o pedido liminar às fls. 166-168.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 172-192 e 193-267, com a juntada de peças processuais pertinentes à instrução do feito.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 271-273, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

A ordem não merece ser concedida.

De início, registre-se que, por demandar revolvimento de matéria fático-probatória, a via estreita do *habeas corpus* não é adequada para examinar teses sobre ausência de provas ou sobre falta de indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva.

Com efeito: "A análise sobre a existência de prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria é questão que não pode ser dirimida em recurso de *habeas corpus*, por demandar o reexame aprofundado das provas, vedado na via recursal eleita" (RHC 78.478/TO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 15/03/2017).

Outrossim, o Magistrado singular converteu a prisão em flagrante do Paciente em segregação preventiva sob o seguinte fundamento (fls. 95-96; sem grifos no original):

"[...] está presente o periculum libertatis, por força da gravidade concreta do delito. Consta dos autos que os autuados Christian e Helton foram surpreendidos transportando 980,97 gramas de maconha;

*enquanto o autuado Vitor Hugo foi surpreendido na posse de 20,04 Kg de maconha, além de petrechos e dinheiro. Dessa forma, como se pode observar, revela-se necessária a garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta do delito, **evidenciada pela quantidade** e variedade de entorpecentes apreendidos.*

[...]

*Ante o quadro que se apresenta, ao menos em análise preliminar, verifica-se que os autuados estão se dedicando ao tráfico de drogas como meio de vida, havendo, portanto, necessidade de assegurar a ordem pública. Destaca-se, ainda, que **o autuado Helton é reincidente, uma vez que já foi condenado definitivamente por roubo**. Feitas essas considerações, as circunstâncias do caso concreto revelam que é prematuro qualquer prognóstico acerca da aplicabilidade do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06.*

O Tribunal a quo reforçou a aludida fundamentação nos seguintes termos (fls. 162-163):

*"[...] a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva foi fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública, consignando que **o paciente é reincidente**, sendo indeferido o pedido de revogação da custódia porquanto inalterados os motivos que a ensejaram (fls. 109/112 e 190 na origem).*

*Assim, em face das circunstâncias da prisão, precedida de tentativa de fuga, **ressaltando a quantidade de entorpecente e dinheiro apreendidos, bem como a reincidência do paciente, o qual possui condenação anterior por furto qualificado e corrupção de menor (fls. 96/101)**, demonstrando propensão à recidiva, não se vislumbra constrangimento ilegal na manutenção da prisão preventiva a bem da ordem pública."*

Como se percebe, as instâncias ordinárias fundamentaram adequadamente a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, especialmente porque foi destacada a apreensão de razoável quantidade de droga (mais de 900 gramas de maconha), bem como foi ressaltado o **risco concreto de reiteração delitiva**, em razão de o Paciente possuir condenação anterior por roubo e corrupção de menor.

No mesmo sentido:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à

Superior Tribunal de Justiça

observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada nas circunstâncias em que foi efetuada a custódia do recorrente, notadamente na quantidade de droga apreendida em seu poder - 238,07g (duzentos e trinta e oito gramas e sete centigramas) de maconha -, além da apreensão de balança de precisão e de outros objetos comuns à prática do crime de tráfico de drogas.

3. Outrossim, a prisão preventiva também está fundamentada na prática reiterada de infrações penais. O Magistrado de piso, ao decretar a custódia, ressaltou a existência de 'diversas anotações pelo cometimento de crimes previstos na Lei 11.343/06' em desfavor do ora recorrente.

4. 'A jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar' (RHC n. 76.929/MG, rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016).

5. Os fundamentos adotados para a decretação da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. Recurso a que se nega provimento." (RHC 100.034/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe de 19/09/2018; sem grifos no original.)

A propósito, esta Corte firmou o entendimento de que "*a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade*" (HC 512.794/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2019.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora